

Teoria Política e Análise de Conjuntura

Leonardo Silva Andrada

Leonardo Silva Andrada

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia, mestrado e doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro-IUPERJ. É Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora. Desenvolve projetos de pesquisa sobre as relações entre autocracia e conservadorismo moral, e sobre a nova configuração da classe trabalhadora e ideologia.

Email: leoandrada@yahoo.com.br

Resumo

O propósito do artigo é avaliar a importância das análises de conjuntura no desenvolvimento da teoria política, a partir de uma interpretação de sua contribuição para o desenvolvimento teórico conceitual na obra de Marx. Após a caracterização do que se entende por análise de conjuntura, e sua especificidade como campo de discussão, é feita uma interpretação da forma como esse tipo de produção cumpriu papel de revisão teórica e refinamento intelectual para o desenvolvimento da teoria marxista. O objetivo desse esforço analítico é contribuir para o reconhecimento do papel que as análises de conjuntura cumprem no desenvolvimento da teoria, ressaltando seu destaque no campo marxista.

Palavras-Chave

Teoria política; Marx; Análise de conjuntura; Teoria marxista

Introdução

Este trabalho é parte do projeto de discussão da contribuição das análises de conjuntura para o desenvolvimento da teoria política em geral, e da teoria marxista em particular. O projeto de pesquisa busca desenvolver uma teoria mais abrangente sobre as análises de conjuntura e seu papel – costumeiramente negligenciado – no desenvolvimento da teoria política, incluindo as obras tidas como clássicas. É notória a ausência de uma teorização sistemática sobre esse tipo de produção, e sua importância para o desenvolvimento teórico das ciências sociais de maneira geral. A hipótese inicial de trabalho é que as análises de conjuntura cumprem um papel fundamental no campo das ciências sociais, pois ao mobilizar suas categorias para a interpretação de fenômenos sincrônicos da vida pública, os autores podem auferir a validade de seus conceitos e seu potencial de explicação da realidade social.

Por análise de conjuntura, entendemos a interpretação de um processo ou fenômeno político, que busque seus elementos constitutivos para encontrar explicações, nexos causais e a identificação do sentido desse objeto de escrutínio em seu contexto histórico; é a interpretação da dinâmica política em determinada situação. De forma sintética, envolve o campo em que se desenvolve a ação, os atores envolvidos, a correlação de forças que se estabelece entre eles, os interesses que estão na base da disputa, a dinâmica política da combinação entre esses fatores. Quando falamos em análise de conjuntura, portanto, temos em vista um procedimento analítico, que orienta a apreensão de um determinado processo político e que *pode* se tornar um segundo tipo, como elaboração textual, em que o procedimento anterior é explicitado. Sustentamos que o primeiro tipo é parte do trabalho teórico sempre, ainda que alguns autores se pretendam criadores de universais abstratos, nascidos de seu esforço racional e sem aderência a qualquer situação específica. A compreensão de que toda elaboração teórica parte necessariamente da observação do concreto, é a única compatível com o método marxista. A peculiaridade do marxismo é ter claro esse pressuposto, utilizá-lo, e talvez por isso, teóricos de reconhecida envergadura como Lukacs, Gramsci e Caio Prado Jr., tenham se dedicado a produzir textos de análise de conjuntura. No caso de teóricos que são também militantes do Partido Comunista (e os três exemplos citados o foram), produzir análise de conjuntura é praticamente uma exigência teórico-política. A análise de conjuntura refere-

se a um recorte temporal específico, de curta duração, com vistas a compreender uma dinâmica política particular. Nisso se diferencia da análise histórica, cuja maior amplitude permite a compreensão dos aspectos estruturais da sociedade em que o fenômeno específico está sendo observado. Nesse sentido, a associação entre análises histórica e de conjuntura é a combinação de estrutura e contingência, relevante para uma perspectiva abrangente da filosofia política. Já está patente o papel e a forma de utilização das análises de conjuntura desde o Manifesto, que une análise histórica, sociologia, teoria política, em uma aguda análise da conjuntura de crise de 1847.

Partindo dessa perspectiva, e levando em consideração o conceito da práxis na teoria de Marx, a elaboração de análises de conjuntura cumpriu papel fundamental no desenvolvimento histórico da teoria marxista, tanto para seus fundadores como para as gerações subsequentes que atualmente são referências indispensáveis (GRAMSCI, 2002; LENIN, 2020; LUKACS, 2009). Dessa forma, análises de conjuntura serviram desde sempre para o campo marxista como um dos canais para viabilizar a unificação entre teoria e prática reclamada pela consagrada décima primeira tese sobre Feuerbach (MARX, 2007). Para uma adequada compreensão do momento presente, a interpretação da situação política e a definição da linha política de intervenção prática a ser adotada, as análises de conjuntura constituíram-se ferramenta profícua de teste e refinamento para Marx, Engels, Lenin, Gramsci e Lukács, apenas para citar alguns dos mais proeminentes.

Neste artigo serão analisadas as contribuições de Karl Marx para o desenvolvimento de uma teoria política através de suas análises de conjuntura, publicadas em diferentes veículos. A intensa atividade jornalística do autor é bastante conhecida, e apenas para o New York Daily Tribune, redigiu cerca de 500 artigos e verbetes de enciclopédia em parceria com Friederich Engels. Os artigos publicados na Gazeta Renana, primeiro trabalho de Marx como jornalista, são marcados pelo retrocesso autocrático da coroa prussiana após o fim da ocupação napoleônica. A tônica desses trabalhos é a questão da liberdade de imprensa, oferecendo uma abertura para tratar questões mais fundas, como a emancipação humana e a democracia. Marx ainda não optara politicamente pelo comunismo, e essa análise política evidencia um democrata radical, prenunciando sua incompatibilidade com o imobilismo característico do idealismo dos jovens hegelianos de esquerda, mais tarde duramente criticados em obras como *Sobre a Questão Judaica*, *A Sagrada Família* e *A Ideologia Alemã*.

Nas *Glosas Críticas ao Artigo O Rei da Prússia e A Reforma Social - De Um Prussiano*, publicados no jornal *Vorwärts!*, Marx analisa o levante dos tecelões da Silésia de 1844. É possível identificar nessa produção de juventude, alguns temas que acompanharão a reflexão do autor ao longo de toda a sua atuação política e intelectual, estando presentes uma interpretação das lutas de classes na Alemanha, o papel do Estado na dominação de classe e a os rudimentos da tese da universalidade da perspectiva do proletariado como sujeito da transformação social. Nos artigos sobre as guerras civis na Espanha, publicados no *New York Daily Tribune* em 1854, as disputas dinásticas em solo ibérico emergem como oportunidade para uma análise semelhante à realizada no 18 Brumário para o caso francês: Marx e Engels avaliam as lutas entre uma aristocracia decadente e carente de recursos políticos e uma burguesia débil, incapaz de impor seu domínio de classe de forma absoluta (ou consolidar sua hegemonia, nos termos de Gramsci), ambas visando uma classe trabalhadora em disputa. Os textos sobre a Espanha constituem uma teorização pioneira do processo de revolução burguesa “não clássica”, em que se avalia a correlação de forças estabelecidas entre representantes dos resquícios feudais em luta com a burguesia ascendente, porém fraca, o papel das invasões napoleônicas na proliferação das instituições políticas do Estado moderno por toda a Europa, as possibilidades de avanço da revolução em países de capitalismo atrasado. A redação de numerosos artigos, sobre variados temas – liberdade de imprensa, rebeliões de trabalhadores alemães, guerras civis na Espanha, imperialismo inglês na Índia, situação política na França, Guerra de Secessão nos EUA – pode servir ao mesmo tempo como teste da aplicabilidade concreta de suas categorias e fonte de refinamento conceitual, processo dialético que pode ser percebido no amadurecimento teórico ao longo da obra. Para os propósitos dessa discussão serão analisados artigos publicados no *Vorwärts!*, na *Gazeta Renana*, no *New York Daily Tribune*, no *Die Presse* e na *Nova Gazeta Renana*, e a estruturação do trabalho segue o agrupamento dos textos por veículo de publicação.

1. A Exasperação do Jovem Marx Contra a Autocracia Prussiana – Sobre a Liberdade de Imprensa na Gazeta Renana.

O tema dos primeiros escritos, já em 1842, seria a crítica à autocracia do governo prussiano, consubstanciada nas leis de censura à imprensa. Antes do fechamento do jornal

e do exílio autoimposto que se tornaria posteriormente um banimento para toda a vida, Marx investiu o quanto pode contra o caráter autocrático do regime prussiano, em textos ásperos e carregados de ironia contra as leis de censura. Trata-se de um Marx que ainda não consumou a ruptura com a esquerda hegeliana de onde emergiu para o cenário intelectual, e a presença de categorias que permanecerão centrais em seus escritos ao longo de toda sua obra, atestam que sua filiação à filosofia de Hegel é indiscutível, apesar da reelaboração materialista processada em sua dialética. A superação da filosofia hegeliana operada por Marx não significa rompimento completo com as estruturas e categorias originais desse sistema filosófico, como atestam os conceitos de consciência, autoconsciência e alienação, que no materialismo dialético de Marx aparecerão constantemente e servirão de fundamentação filosófica para as análises de classe em si e para si e luta de classes.

No primeiro artigo, de 05 de maio de 1842, Marx atesta que *“a primeira condição que precisa ter a liberdade é a autoconsciência, e a autoconsciência é impossível sem um autoexame prévio”* (MARX, 1999). Mobilizando categorias de procedência hegeliana, ainda não inteiramente refinadas sob a perspectiva do materialismo, mas já em fase de transição, a exortação à liberdade dos prussianos já prenuncia a forma como tais categorias serão reelaboradas no Manifesto Comunista de seis anos mais tarde: a necessidade de que a “classe em si” se torne “classe para si” como condição fundamental para que seja artífice de sua emancipação.

A emancipação almejada significa a superação do mal característico da modernidade, identificado por Hegel e reelaborado por Marx ao longo de seu desenvolvimento intelectual interpretando os fundamentos e o significado histórico do capitalismo: a cisão entre sujeito e objeto, categorias igualmente presentes no sistema hegeliano e que também acompanharão toda a obra de Marx como uma preocupação constante, a saber, a alienação. Como ficará plenamente visível nos “Manuscritos de Kreuznach”, publicados dois anos mais tarde, a emancipação vislumbrada por Marx não se circunscreve aos limitados anseios da liberdade política reclamada por democratas europeus de seu tempo. Ele pretende que a classe operária seja a portadora de uma revolução, que transcenda os estreitos limites da política e liberte a toda a humanidade, superando a ruptura promovida pelo modo de produção capitalista, ao expropriar a classe

trabalhadora de seus meios de produção, e aponte para um horizonte de reencontro entre sujeito e objeto.

Os escritos de 1842 dão a medida de sua vinculação política à corrente dos democratas radicais: “*as leis são normas positivas, claras e universais, nas quais a liberdade ganhou uma existência impessoal e teórica, independente do capricho de qualquer indivíduo. Um texto legal é a Bíblia da liberdade de um povo*” (MARX, 1999). Nesse trecho se apresenta praticamente um constitucionalista, um defensor do Estado democrático de direito como a encarnação da liberdade e da igualdade em sua forma mais racional e desenvolvida, a preservação dos direitos individuais contra o privilégio, através dos instrumentos jurídicos do Estado. A opção pelo comunismo se dará apenas em sua passagem por Paris no ano seguinte, momento em que se verifica, na biografia de Marx, uma espécie de ilustração da confluência entre conjuntura e teoria que buscamos discutir. Em Paris ocorrem os encontros com o movimento operário francês e com seu futuro amigo e parceiro intelectual para o resto da vida, Friederich Engels, que acaba de voltar de Manchester com seu primeiro trabalho: *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Um relato detalhado da dura realidade da classe operária na Inglaterra da era vitoriana, causando profundo impacto no radical exilado (NETTO, 2020).

O processo de maturação das posições políticas de Marx foi elaborado teoricamente nos escritos desse período. Refazendo o trajeto, encontramos nos artigos da Gazeta Renana um liberal radical, defensor das liberdades e garantias do Estado democrático de direito, profundamente incomodado com a política autocrática de um Estado prussiano que não realizara sua revolução burguesa, carregando a herança do Antigo Regime a que os vizinhos da outra margem do Reno haviam renunciado. Nos referidos textos redigidos em Kreuznach, são perceptíveis os primeiros traços da transição, marcando uma posição política intermediária, de um democrata radical que já identifica os limites que a emancipação estritamente política impõe, ao contrastar os ideais iluministas com as realizações históricas concretas. Finalmente, nos textos de Paris (*A Sagrada Família e Miséria da Filosofia*) estão presentes o acerto de contas com a esquerda hegeliana e com o socialismo idealista sintetizado na figura de Proudhon, respectivamente; paralelamente, emerge a opção definitiva pela via revolucionária como único caminho político a seguir para alcançar a emancipação humana que deve orientar a ação. A elaboração teórica de Marx, ao longo dessa jornada, é profundamente impactada

pela combinação dos fatores que aqui separamos, para efeitos analíticos, entre a conjuntura e a reflexão. Marx está imerso na ebulição dos grupos revolucionários franceses, continuadores da tradição inaugurada em 1789, mas plenamente conscientes das contradições e deficiências do regime burguês instaurado, por vivenciá-las cotidianamente (NETTO, 2020). Paralelamente à vida em contato com esses herdeiros de Babeuf e outros grupos radicais, o convívio com Engels proporcionou o aprofundamento no exame crítico da linha hegeliana, e para além de ter resultado no já mencionado *A Sagrada Família*, também rendeu um estudo que deveria ser deixado à crítica corrosiva dos ratos, vontade expressa em correspondência entre os autores. Tendo resistido à ação dos roedores, *A Ideologia Alemã* disponibilizou, entre tantas outras críticas ao idealismo identificado na tradição filosófica de seus conterrâneos, as *Teses Sobre Feuerbach*, das quais a décima primeira é, sem dúvida, a mais lembrada e citada. Nos limites da proposta de discussão desse artigo, a ideia de que os filósofos já se dedicaram por muito tempo à interpretação do mundo, e agora cabe transformá-lo (MARX, 2007), aponta para um traço da importância que tem a análise de conjuntura como “leitura” refinada da situação política, como método para orientar o posicionamento e a linha política a se seguir, visando uma intervenção adequada no mundo que se pretende transformar.

2. Crítica e Ruptura – Luta de classes e emancipação no *Vorwärts!*

Vorwärts! (Avante! em alemão) foi um periódico de esquerda publicado por exilados alemães em Paris. Neste veículo Marx publicou, em agosto de 1844, o ensaio “*Glosas Críticas ao Artigo ‘O Rei da Prússia e a Reforma Social’. De Um Prussiano*”, uma resposta ao artigo publicado por Arnold Ruge no mesmo jornal dois meses antes. O tema é, novamente, o caráter autocrático do Estado prussiano, que volta seu poder repressivo contra o levante dos tecelões da Silésia. O episódio é tratado por Marx como a primeira revolta operária da Alemanha moderna, e oferece a possibilidade de encontrar, em um processo social concreto, a aplicabilidade de suas teses sobre a transformação das relações sociais, o impacto na configuração de uma consciência de classe, a ação política que se constitui de coletividades que materializam a classe, e a síntese da dominação de classe no uso das instituições de Estado. Em síntese, a questão abordada nesse debate é a luta de classes, e sua relação estreita com a problemática mais ampla da emancipação humana.

O tema da emancipação já não era, a essa altura, inédito nos escritos que Marx havia publicado. Está presente nos referidos Manuscritos de Kreuznach, a tensão percebida entre emancipação política, restrita, e emancipação humana, de caráter mais abrangente; como também aparecem, nesses dois momentos, o papel do proletariado na revolução que deve levar a humanidade à superação da alienação. O que se altera nesse texto do *Vorwärts!* é o lugar do proletariado. Se nos escritos de Kreuznach (particularmente na *Crítica da Filosofia do direito de Hegel*) o proletariado é um agente político abstrato passivo, a descoberta de um proletariado real, concreto, que se levanta contra a opressão e a exploração na Alemanha, leva Marx ao abandono das teses hegelianas da matéria passiva sujeita à ação ativa do espírito. A ação rebelde do proletariado alemão contribui com a transição do Marx democrata radical para o comunismo revolucionário, ilustrando a relevância que a avaliação da situação concreta tem não apenas como marcador teórico, mas repercutindo em seus aspectos biográficos mais profundos. A forma consequente como Marx tratava sua preocupação com a indissociabilidade entre teoria e prática sobressai em sua trajetória de pensador e militante político, que vai da Liga dos Comunistas à Associação Internacional dos Trabalhadores, sempre reverberando em escritos que refletem teoricamente os passos do movimento do real, com vistas a influir no andamento subsequente.

3. França, Espanha e Índia – Revolução Burguesa e Consciência de Classe

A identificação do proletariado como sujeito histórico também aparece em outro veículo de grande importância para os desdobramentos teóricos posteriores. A Nova Gazeta Renana, jornal que pretendia ser uma reedição do primeiro emprego de Marx, circulou entre junho de 1848 e junho de 1849, período conturbado que Marx capta com argúcia, oferecendo nos artigos em questão uma sua visão sobre o processo que parecia indicar a iminência de uma revolução proletária¹. Contrariando as expectativas revolucionárias, o processo tem como resultados políticos a reorientação reacionária da burguesia europeia, que se desfaz dos últimos rasgos herdados do período revolucionário,

¹ O otimismo diante das jornadas que serão mais tarde batizadas de “Primavera dos Povos” pode ser percebido no que Marx e Engels prepararam como documento político que apresenta a leitura da conjuntura e a proposta da Liga dos Comunistas como forma de intervenção no processo; trata-se do texto que se tornará mais tarde um dos mais influentes do século XX, o Manifesto do Partido Comunista.

e fazendo concessões à aristocracia inaugura novo período autoritário nos regimes burgueses do continente. Os desdobramentos da reação burguesa ao levante proletário de 1848, na configuração da sua forma política específica de dominação, serão mais tarde analisados por Marx em obra que se tornou referência para o estudo de golpes de Estado e regimes autoritários (MARX, 1974).

A análise do processo francês, tornada clássica por sua acuidade, fornece um novo conceito, o *bonapartismo*, que na vertente marxista é constante na discussão das variadas formas de regimes autoritários do século XX. Leon Trotsky o mobiliza para o trato do fenômeno fascista e suas variantes (TROTSKY, 1934), e as ciências sociais brasileiras o tornaram presença constante nas análises da gênese da ditadura burgo-militar, tanto para afirmar (IANNI, 1968; BANDEIRA, 1983) quanto para rejeitar (FERNANDES, 1976; WEFFORT, 1968) a adequação de seu uso. Mais recentemente, Domenico Losurdo parte do mesmo conceito para elaborar a tese do *bonapartismo soft* como forma de exercício da dominação burguesa típica das democracias de massa do ocidente após a I Guerra (LOSURDO, 2006). A compilação de escritos produzidos por Marx como *análises de conjuntura*, respondendo às demandas de interpretação que a ebulição política interpunha, se orienta por um conjunto de temas comuns ao texto que posteriormente é dedicado à análise do golpe de Estado de Napoleão III: a estrutura do Estado, as classes sociais como agentes da dinâmica política, a representação de interesses específicos que se contrapõem e se entrelaçam, a correlação de forças e os órgãos políticos que cada um desses agentes mobiliza para a consecução de seus objetivos. Cada um desses fenômenos constitui formas de realizar, concretamente, o processo histórico de constituição do capitalismo moderno e a hegemonia burguesa, como aparece em sua teoria, que pode ser contrastada com essas análises em uma forma circunscrita de “teste”.

É nessa mesma linha que as ciências sociais brasileiras vão se aproveitar da interpretação da *História se repetindo como farsa*, no golpe de Estado francês, para lidar com o golpe brasileiro de 1964 e a morfologia da ditadura que se segue. Defendemos aqui que a teoria política é uma análise de conjuntura bem elaborada, que possibilita extrair os aspectos estruturais do fenômeno e elaborá-los teoricamente, a ponto de oferecer elementos para a compreensão de outras conjunturas. A aproximação desses dois casos ilustra de forma clara o argumento. Foi possível aos intérpretes brasileiros mobilizar uma obra que se referia à França de um século de diferença, pois os elementos estruturais que

Marx identificou para explicar o golpe e a ditadura de Napoleão III também eram identificáveis no caso brasileiro. O Brasil do modelo de substituição de importações, igualmente apresentava uma burguesia ascendente, porém sem força suficiente para estabelecer sua hegemonia. Diante de uma classe operária igualmente em ascensão, se organizando politicamente em sindicatos e partidos, a incapacidade burguesa de exercer papel de direção é substituída por uma aliança com os elementos retrógrados, o que impõe concessões em seu projeto político. A forma de garantia dos seus interesses é a imposição de um Estado “parte acima das partes”, que estabeleça o controle sobre a sociedade civil que garanta a desarticulação da luta operária. A burguesia terceiriza o exercício do poder que, entretanto, é exercido de acordo com seu interesse. Sintetizada nesses termos, serve como estrutura para interpretar a França de meados do XIX, ou o Brasil de um século mais tarde.

No *New York Daily Tribune*, Marx havia publicado no ano anterior (em 1853) três artigos sobre a dominação britânica na Índia, escritos concisos, porém férteis em exemplos para o argumento aqui defendido². Nessas breves análises, Marx busca conjugar uma interpretação do processo de formação histórica da sociedade indiana e avaliação do papel exercido pela penetração colonial inglesa, em termos de um processo de modernização da sociedade indiana. Mesmo com a ressalva de que a dominação imperialista não deixa de ser brutal, o balanço de Marx é que essa violência acaba cumprindo um papel histórico, sem que isso minimize o custo humano desse processo. Assim como a formação da classe operária europeia e a acumulação primitiva de capital se calcaram em processos erigidos sobre o sofrimento dos dominados, a modernização da sociedade indiana também passou por movimentos que cobraram um alto preço em termos de vidas humanas.

A interpretação do papel do imperialismo britânico, como veículo histórico da desagregação da ordem tradicional indiana, com a imposição de relações capitalistas que configuram a sociedade moderna, possibilita uma discussão onde são encontrados os temas dos modos de produção, o despotismo asiático, a ligação entre relações de produção, relações sociais e ideologia, e o papel histórico racionalizante do capitalismo,

² Não obstante toda a crítica direcionada a esses artigos, nem sempre adequadamente informadas, não entraremos aqui na sua discussão substantiva. Os textos em questão participam dessa análise exclusivamente no que diz respeito ao argumento aqui defendido, o que significa que a preocupação se volta especificamente para identificar formas de iluminar a relação entre conjuntura e teoria.

em substituição às relações servis. Para além dessa sociologia sumária, no horizonte político de Marx esse processo também tem uma correspondência, pois a organização capitalista do trabalho força o convívio entre elementos que passaram séculos submetidos a relações de dominação tribais, sem que jamais suspeitassem partilhar um lugar comum na estrutura social. A proletarização do membro da tribo realiza, no subcontinente indiano, o papel equalizador que havia cumprido com o camponês da Europa ocidental nos primórdios da revolução industrial. Esse processo histórico de reconhecimento do compartilhamento de condições é o embrião da transição da *classe em si* em direção à *classe para si*, o suporte para a elaboração da consciência de classe que possibilita a organização em sindicatos e, finalmente, no Partido Revolucionário do proletariado. Marx encontra, na avaliação da expansão do imperialismo britânico na Índia, o *locus* para a verificação da utilidade de toda essa gama de categorias para lidar com o capitalismo de seu tempo. Concomitante ao teste de categorias abstraídas da experiência histórica de conformação do capitalismo europeu, e conseqüentemente, do proletariado correspondente, enriquece o seu conteúdo a partir do confronto com situações distintas, que permitem ajustar as definições.

Por fim, dois artigos sobre a guerra civil norte-americana, escritos em Londres no ano de 1861 e publicados no *Die Presse*, seguem uma estrutura semelhante aos textos dedicados à Índia: o papel modernizante do capitalismo de ponta, característico dos estados do norte, em contraposição ao modelo colonial escravagista dos Confederados. Outro exemplo da junção de história e conjuntura servindo como estrutura para a teorização sobre transformações das relações sociais, caracterização dos modos de produção e conseqüente avaliação política para o projeto de emancipação humana.

Considerações finais

Toda reflexão política depende de alguma avaliação do funcionamento real da política concreta, portanto, de uma análise de conjuntura. A vantagem dos autores marxistas é não só reconhecer essa ligação de forma clara e declarada, tratando o fenômeno como base material do reflexo ideológico, mas estabelecer como princípio a fidelidade absoluta ao real, com vistas a intervir no andamento da vida pública. No campo teórico conceitual, essa vertente critica duramente as abstrações que se desobrigam da correspondência com o movimento do real, como mero idealismo. As correntes marxistas

que se constituíram em tradições distintas, combinam dois eixos que podem apresentar variações: a forma como se apropriam da base teórica, como se depreende das disputas pelo legado de Marx e Engels desde a primeira geração de marxistas, agrupados na Segunda Internacional; e a leitura que empreendem da conjuntura, que necessariamente guarda relação com a forma como são elaborados os conceitos e a própria filosofia da história, que baliza a maneira como é entendido o fenômeno político.

Lenin e Rosa Luxemburgo tinham divergências profundas quanto à estrutura e a composição do partido revolucionário, em uma contenda política que deve muito às concepções do formato mais adequado para organizar a classe operária para a revolução nas condições dadas (LENIN, 1986). A forma como entendem luta de classes, e o melhor método para encaminhar politicamente os interesses do proletariado, se tornam radicalmente opostos em Lenin e Kautsky, uma divergência que resulta da combinação entre leitura das obras de Marx e a melhor forma para aplicá-la à conjuntura europeia da I Guerra Mundial (KAUTSKY, 1979; Lenin, 1979). São duas disputas ao mesmo tempo teóricas e práticas, pois se referem à compreensão da linha política a ser seguida e da constituição do sujeito político que conduzirá a disputa, que são os aspectos práticos da contenda; mas se referem, sempre, àquela que seria a forma prática que melhor corresponderia aos princípios teóricos estabelecidos por Marx e Engels. A reforçar o aspecto de indissociabilidade, um elemento demanda que os teóricos dirigentes em questão operassem essa necessária conjugação; os escritos dos fundadores do materialismo histórico não oferecem bases conceituais para a organização e a atuação do partido revolucionário do proletariado. O que se encontra, em algumas reflexões que se voltam para a forma partido, são apenas princípios, razões, sentido – e a decisão consciente de não formular manuais para além dessas bases, pois cada formação histórica apresenta um desenvolvimento próprio da relação entre forças produtivas e relações de produção, o que leva a que em cada momento, a correlação de forças na luta de classes tenha feições específicas (MARX, 2012). Sobressai uma vez mais o papel incontornável da adequada leitura da conjuntura nas formulações políticas da tradição marxista, pois o próprio vetor da ação política é um também portador da orientação política extraída das circunstâncias.

O papel da teoria para Marx e Engels não era o cultivo de saber acadêmico, diletante, que se descolasse da vida social e das necessidades concretas. Seu propósito era

tornar a teoria uma força material de transformação. As predições que se pretendem “*teoria pura*” são a tentativas de abstrair e universalizar análises concretas, historicamente determinadas, mutilando-as de todas as referências a situações particulares. Existem bons trabalhos que buscam fazer o caminho inverso, recompondo a unidade entre *universais* e sua necessária conexão com o momento histórico em que foram elaborados, como fez McPherson sobre a filosofia política do século XVII inglês (MACPHERSON, 1979), ou Domenico Losurdo desvelando a conexão entre as abstrações do pensamento liberal, as proposições desumanizantes sobre os povos não-europeus, e os interesses coloniais (LOSURDO, 2006). Essas tentativas de “universalização abstrata” se configuram como “fugas da história”, no sentido de pretender desistoricizar categorias e processos, tornando-os aplicáveis a contextos completamente distintos dos que os geraram.

A análise de conjuntura cumpre os requisitos de uma teoria que não se pretende universal abstrata, mas historicamente localizada e com um papel a cumprir como força material. Como expressou Ferreira Gullar: “*O método dialético vai da realidade concreta dos fenômenos singulares às mais altas abstrações, e dessas novamente à realidade concreta, a qual, com ajuda das abstrações, pode agora ser compreendida de modo cada vez mais aproximadamente exato*” (GULLAR, 1969). As análises de conjuntura operam essa intermediação do abstrato universal ao concreto particular; por isso, sua valorização na tradição marxista, pois “*essa dialética do particular e universal é o instrumento lógico que permite ao marxismo compreender a especificidade do objeto do conhecimento*” (idem). É o método dialético que possibilita a estruturação dos elementos conjunturais em uma unidade histórica de contraditórios, o que permite a passagem de conjuntura a estrutura, portanto, a formulação teórica. A análise de conjuntura opera o movimento dialético no sentido inverso do que faz o Partido de Novo tipo, pois o partido traz o universal para o particular, ao operar no caso concreto, (MAZZEO, 2022), e a análise parte do concreto, para teorizar sobre o universal. Na mesma discussão, Antonio Mazzeo trata da relação entre universal e particular para Lukacs, considerando como a situação específica pode ser elevada a teoria, quando usada para apontar uma manifestação do universal. Uma vez mais, temos um exemplo de “análise concreta da situação concreta”, como proposto por Lenin (LENIN, 2020). Nesse sentido, a teoria é elaborada a partir de uma boa análise de conjuntura, acrescentando um passo ulterior de elaboração universalizante a partir dos traços do fenômeno que se prestam a tanto. E reafirma-se,

também, como esse procedimento não é apenas adequado, mas imprescindível para o campo marxista, tanto como fundamento metodológico, como para o cumprimento dos requisitos da *Décima Primeira Tese Sobre Feuerbach* (MARX, 2007) e, portanto, para que a teoria realize seu papel como força material.

Para a análise poder transcender a conjuntura, o fenômeno/processo analisado deve conter uma dimensão universalizante, que permita que o olhar sobre o contingente informe a visão sobre a estrutura. O trabalho do teórico/analista é identificar o todo na parte, construindo conceitualmente essa conexão. A boa análise de conjuntura é como impor ordem ao caos, ou encontrar sentido na imensa multiplicidade de eventos, que superficialmente se apresentam como desconexos; o que dota de sentido é o método. Nesse aspecto, o método marxista privilegia o cuidado rigoroso com a análise de conjuntura, que em consonância com suas preocupações epistemológicas, se pode compreender como o lastro material, o critério de verdade (IASI, 2017).

Na trajetória dos Partidos Comunistas, a aplicação prática desse processo de partir do concreto para a abstração teórica decanta na interpretação da situação concreta que informa a linha política a ser seguida. Um exemplo do argumento defendido ao longo do texto, em diferentes níveis, pode ser encontrado na elaboração de Mao Tse-Tung sobre a centralidade do campesinato. Alçada à condição de teoria geral sobre a força revolucionária nos países da periferia do capitalismo na fase imperialista, essa escolha se deve a uma imposição concreta: Os massacres de Xangai e Cantão, em 1927, eliminaram muitos dos proletários (que já não estavam em grande número) e suas principais lideranças (GARAUDY, 1968). Mao extrai sua teorização a partir de uma análise da conjuntura enfrentada pelas forças revolucionárias chinesas, o que segue os passos apontados de partir do concreto, elaborar teoricamente e retornar ao concreto, como linha de ação. Em contrapartida, a transformação dessa linha em teoria universal das lutas de todo o mundo de colônias e ex-colônias, ou sua adoção como receita, sem as mediações, ignora o próprio método que presidiu sua elaboração, e que ressaltamos ao longo do trabalho como a característica distintiva do marxismo. A atenção à conjuntura específica é a forma segura de extrair uma linha política mais adequada à ação para cada momento; ou sinteticamente, é essa preocupação com uma teoria atenta à especificidade, para atuar concretamente, o que explica que a análise de conjuntura tenha papel privilegiado nessa tradição teórico-política, graças a seus traços distintivos.

Qual o papel da discussão sobre análise de conjuntura? Em primeiro lugar, conceder os direitos de cidadania teórica a uma forma de reflexão que, esperamos ter demonstrado, cumpre papel fundamental na elaboração de toda forma de conhecimento sobre a política, independente de se reconhecer ou não o tributo devido. Com igual relevância epistemológica, cerrar fileira junto à posição que preconiza a precedência da concretude histórica sobre a reflexão teórica, posicionando-se de forma crítica em relação às análises que lamentam que o processo político real não se adequa às suas prescrições conceituais. Nos últimos anos, essa é a posição característica daqueles que decretam a morte das democracias, por não encontrar nas instituições e regimes realmente existentes, o reflexo de uma “teoria democrática” que só reconhece como dignos dessa classificação, as emulações de instituições e procedimentos estadunidenses. Independente da lista de problemas que se possa elencar, em qualquer dos regimes que se escolha para estreitar o foco, é sem dúvida inadequado vaticinar que uma democracia esteja morrendo, por sua trajetória histórica não resultar em instituições que correspondem à história de outra sociedade.

A análise de conjuntura que se faz teoria universal pode ser responsável por acertos e equívocos. A III Internacional tentou universalizar os aspectos da Revolução Chinesa de 1925, como a trilha da revolução em todas as ex-colônias de Ásia, África e Américas, tornando sua interpretação desse processo revolucionário, o manual a ser seguido com rigor por todos os países da periferia capitalista, segundo Caio Prado (PRADO Jr., 1966). Para Roger Garaudy, Mao e os dirigentes do PCC, durante a revolução cultural, quiseram universalizar o processo revolucionário chinês para o movimento comunista internacional, como “cerco da cidade pelo campo” (GARAUDY, 1968). A leitura muito particular que Che fez do processo revolucionário cubano, segundo Gorender, desconsiderando o papel do movimento de massas e sobrevalorizando o heroísmo voluntarista dos guerrilheiros na serra, levou à formulação da teoria que ficou conhecida como “foquismo”, e impulsionou movimentos armados de combate às ditaduras que se alastraram pelo continente nos anos 60 e 70 (GORENDER, 2014). Os desdobramentos em cada uma das aplicações dessas teorias, leva à reflexão sobre a possibilidade de a teoria se equivocar profundamente, mesmo quando calcada na leitura da realidade concreta, declaradamente ou não.

Uma teoria que cumpra seu papel no sentido definido pelos gregos, de refletir e apontar os caminhos para a boa vida em sociedade, e que não se preste apenas a cumprir a função de instrumento ideológico de camuflagem da dominação, deve ser dialeticamente construída partindo da realidade material, a ela retornando como linha política que se origina no concreto. Não há garantia de que a leitura do processo, feita pelo analista para construir sua teoria, é acurada. Talvez uma correção de sentido necessária, e que pode oferecer alguma salvaguarda, seja o debate, como instrumento de depuração.

Cite este artigo (ABNT NBR 10520:2002, estilo APA)

ANDRADA, Leonardo Silva. **Teoria Política e Análise de Conjuntura**. Rio de Janeiro: Revista Estudos Políticos, Vol.12 | N.24, pp 01-18, 2021.

Referências bibliográficas

CRUZ, Sebastiao C. V. **Teoria e Método da Análise de Conjuntura**. In Educação e Sociedade, vol. 21, n. 72, Campinas, 2000.

DREIFUSS, Rene A. **1964 A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

GARAUDY, Roger. **O Problema Chinês**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas: A Esquerda Brasileira: Das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

GRAMSCI, Antônio. **II Risorgimento** in Cadernos do Cárcere, vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GULLAR, Ferreira. **Vanguarda e Subdesenvolvimento: Ensaio Sobre Arte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

HOBSBAWN, Eric. **Como Mudar o Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

IANNI, Octavio. **O Colapso do Populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

IASI, Mauro. **Política, Estado e Ideologia na Trama Conjuntural**. São Paulo: Instituto Caio Prado, 2017.

KAUTSKY, Karl. **A Ditadura do Proletariado**. São Paulo: Editora Livraria de Ciências Humanas, 1979.

LENIN. **A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky**. São Paulo: Editora Livraria de Ciências Humanas, 1979.

LENIN. **Brochura a Janius** in LENIN Obras Escolhidas, tomo 2. Lisboa e Moscou: Avante!, 1986.

LENIN. **Que Fazer?** São Paulo: Boitempo, 2020.

LOSURDO, Domenico. **Democracia ou Bonapartismo**. Rio de Janeiro: Ed. Unesp/EdUFRJ, 2004.

LOSURDO, Domenico. **Contra-História do Liberalismo**. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.

LUKACS, Gyorgy. **O Jovem Marx e Outros Escritos Filosóficos**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2009.

_____. **Socialismo e Democratização**: Escritos políticos (1956-1971). Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2011.

MacPherson, Crawford B. **A Teoria Política do Individualismo Possessivo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Col. Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. **Liberdade de Imprensa**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

_____. **Crítica da Filosofia do direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Nova Gazeta Renana.** São Paulo: EDUC, 2010.

_____. **Sobre a Questão Judaica.** São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Crítica do Programa de Gotha.** São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A Revolução Espanhola.** Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1966.

_____. **Lutas de Classes na Alemanha.** São Paulo: Boitempo, 2010.

MAZZEO, Antônio C. **Sinfonia Inacabada.** 2ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2022.

MONIZ BANDEIRA, Luiz A. **O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil 1961-1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

NETTO, José P. **Karl Marx: Uma Biografia.** São Paulo: Boitempo, 2020.

PRADO JR, Caio. **A Revolução Brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1966.

TROTSKY, Leon. **Bonapartismo e Fascismo.** < Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1934/07/15.htm>> , 1934.

WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.